



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quarta-feira, 8 de maio de 2013**

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL .....	2
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL .....	3
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO ICMS .....	4
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Entrevista - José Laredo, economista .....	5
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up .....	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Lideranças comemoram conquista da ZFM .....	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Manaquiri .....	8
JORNAL DO COMMERCIO NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
JORNAL DO COMMERCIO Pedrinho Aguiar .....	9
A CRITICA ZFM SOB FOGO INIMIGO .....	10
A CRITICA CAPA	
A CRITICA Minirreforma fiscal > ICMS .....	11
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Minirreforma fiscal > ICMS (continuação) .....	12
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Minirreforma fiscal > ICMS (continuação) .....	13
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA E O PRÓXIMO PASSO... ..	14
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA sim & não .....	15
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA sobe e desce .....	16
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA poucas palavras .....	17
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Momento para reflexão .....	18
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Momento para reflexão (continuação) .....	19
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA ZFM, soluções viáveis .....	20
A CRITICA ECONOMIA	

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> CAPA .....	21
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Editorial .....	22
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> O ESPAÇO DO LEITOR..... OPINIÃO	23
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Claro & Escuro..... OPINIÃO	24
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Claro & Escuro (continuação) .....	25
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Amazonas prepara-se para vencer 'guerra' do ICMS no plenário do Senado .....	26
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Produção e venda de autos são recordes .....	27
<b>MASKATE</b> CAPA .....	28
<b>MASKATE</b> FALA SÉRIO..... OPINIÃO	29
<b>MASKATE</b> FALA SÉRIO (continuação) .....	30
<b>MASKATE</b> ZFM mantém alíquota de 12% no Senado.....	31
<b>MASKATE</b> ZFM mantém alíquota de 12% no Senado (continuação) .....	32

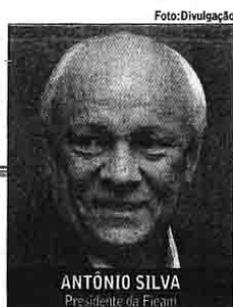
CAPA



# Vitória da união pela ZFM



**16x09**  
Foi o placar da  
votação na CAE  
do Senado



A união das lideranças políticas, industriais e de trabalhadores do Amazonas foram determinantes para a manutenção da alíquota diferenciada de 12% para a Zona Franca de Manaus no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em operações interestaduais. Em votação realizada na tarde de ontem (7), a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado Federal manteve o benefício, com o placar de 16 votos a favor, nove contra e sete ausências. O governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto celebraram a conquista do Estado. Os dois estavam em Brasília desde a segunda-feira. O senador Eduardo Braga se mostrou otimista. A expectativa é que a matéria seja votada no plenário na próxima semana.

## EDITORIAL

# A Zona Franca e seus mitos

Nossos parlamentares e governantes nunca precisaram tanto, como agora, mostrar que a Zona Franca de Manaus não afeta a economia dos demais Estados. Este foi

um dos principais argumentos utilizados para convencer a maioria dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a votar a favor do Amazonas ontem. Estudo feito pela Superin-

tendência da Zona Franca de Manaus e pela Secretaria de Estado da Fazenda, utilizando dados do Ministério da Fazenda, mostraram que a renúncia fiscal do Estado é diferente do que diziam os dados apresentados por representantes do Estado de São Paulo, que atuaram pela derrubada do relatório do senador Delcídio Amaral (PT/SP).

Ao contrário do que São Paulo tentou demonstrar, a

renúncia fiscal do Sudeste de 2012 foi de R\$ 70,65 bilhões, que corresponde a 48,4% do total de isenção de impostos concedidos em todo o país. Já na região Norte, incluindo a Zona Franca de Manaus, a renúncia fiscal não chega a 18% do total, correspondendo a R\$ 26,02 bilhões.

A relação entre ICMS arrecadado versus o PIB (Produto Interno Bruto) nacional é da ordem de 7,18%, enquanto que no Amazonas a relação

é de 9,28%, o que demonstra claramente que não há o estabelecimento de um desequilíbrio na carga tributária.

Mais: segundo dados de 2012, a média salarial dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus é de 2,56 salários mínimos. Isso significa uma importante distribuição de renda e é preciso reconhecer que o salário no Polo Industrial de Manaus representa uma das melhores médias da indústria brasileira.

É preciso intensificar esse esforço de explicar efetivamente o que é a Zona Franca de Manaus, qual o significado desse modelo em termos de política industrial, de ocupação racional do espaço, em termos de preservação.

Os projetos produtivos da ZFM são os mesmos praticados em São Paulo, mas ainda há quem pense que existem aqui apenas linhas de montagem. Portanto, o convencimento há de continuar.

## FRENTE & PERFIL

### Elogios

Aliás, Arthur foi só elogios ao adversário Braga, ontem, em entrevista a rádios locais. "Ele me recebeu com tapete vermelho, água e cafezinho", afirmou. Os dois visitaram juntos alguns senadores, posaram para fotos, trocaram gentilezas e impressionaram, com a postura extremamente civilizada, as bancadas de outros Estados.

### Quadrado

O senador paulista Aloysio Nunes Ferreira abriu sua fala antes da votação saudando a presença de Arthur, mas fez questão de enfatizar que, naquele momento, os dois discordavam. Braga atalhou o colega. "O senhor tem o seu lado e nós temos o nosso. Cada um defende o seu e vamos ver quem vence". O prefeito concordou, acenando positivamente com a cabeça. Cada um no seu quadrado.

### Nova batalha

Vencida a votação de ontem, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) acredita que a votação da matéria em plenário, provavelmente na próxima semana, será mais "um grande desafio" para o Amazonas.

"A gente deu uma demonstração hoje do quanto a Zona Franca vem sendo reconhecida nacionalmente e vamos trabalhar para que isso seja mantido no plená-

## Os bastidores de uma articulação

Quem viu o governador Omar Aziz caminhando junto com o prefeito Arthur Neto e os senadores Eduardo Braga, Alfredo Nascimento e Vanessa Grazziotin nos corredores do Senado ontem não entendeu muito bem o que adversários políticos faziam em clima tão amistoso. Na verdade, eles articulavam em favor do Amazonas na votação que ocorreria dali a alguns minutos, na Comissão de Assuntos Econômicos. No final, deu tudo certo. O Estado manteve a diferenciação da alíquota do ICMS interestadual, apesar da oposição violenta de São Paulo e de alguns outros Estados. A trégua deve se manter até que a matéria seja finalmente aprovada em plenário.



rio", disse ela.

### Cumprimento

Pela primeira vez depois da disputa de 2010, Omar e Alfredo se cumprimentaram cordialmente, ao se encontrarem na entrada do plenário da comissão. E foi só. No restante do dia, os dois foram para lados opostos. O governador manteve reuniões com deputados do Estado e o senador foi acompanhar seu suplente João Pedro em outros compromissos.

### Penteado

Nota cômica dos bastidores em Brasília foi o novo penteado do senador Alfredo

Nascimento, que não passou despercebido do restante da bancada. Imediatamente o cabelo alisado, muito bem pintado e alinhado para o lado esquerdo do parlamentar se tornou assunto na comitiva e quebrou o "gelo".

### Fora de sintonia

Enquanto os demais políticos do Estado se reuniam em Brasília para defender a Zona Franca, na Assembleia Legislativa o deputado federal Francisco Praciano (PT), recebia o título de Cidadão Amazonense. Tudo bem que se tratava de "uma justa homenagem a um homem de origem humilde do sertão do Ceará, que há quase 40

anos, escolheu o Amazonas para viver, tornando-se um dos políticos mais respeitados do Estado", como dizia a justificativa da homenagem, mas que o evento poderia ter sido adiado e ele reforçado a articulação em Brasília, bem que poderia. Ficou fora do tom.

### Recursos

O pleno do Tribunal de Contas do Estado julga hoje nada menos que 51 processos, a partir das 10h30. Os ex-prefeitos Joel Lobo (Cariacari) e Fernando Vieira (Presidente Figueiredo), o prefeito de Barcelos, José Ribamar Bezeza, o secretário de Estado da Saúde,

Wilson Alecrim, e a ex-secretária Municipal de Educação, Therezinha Ruiz de Oliveira, estão entre os gestores que tentam reverter, por meio de recurso, condenações do colegiado.

### Julgamentos

As contas de 2010 do ex-diretor da Fundação Municipal de Eventos e Turismo, vereador Arlindo Júnior, e as do ex-secretário Municipal de Comunicação, Jefferson Coronel, serão apreciadas. A pauta ainda possui uma representação formulada pelo Ministério Público de Contas para apurar possíveis irregularidades no contrato entre a Secretaria de Estado

da Saúde e o Instituto de Desenvolvimento Social Dom Adalberto Marzi, no valor de R\$ 3,7 milhões.

### Coordenador

O deputado Sinésio Campos (PT-AM) vai coordenar a campanha à reeleição do presidente nacional do PT, Rui Falcão, no Amazonas. O nome do parlamentar no Congresso Nacional do Movimento PT (MPT) em Brasília (DF), é apoiado pelo ministro da Educação, Aluizio Mercadante, ministra chefe da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário e pelo líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (SP), que integram as forças políticas da legenda. Até nisso ele vai se opor ao colega José Ricardo, que apóia o deputado paulista Paulo Teixeira para o cargo.

### Chegarão

As estruturas metálicas da cobertura e fachada da Arena da Amazônia estão em Manaus desde a última segunda-feira (6). Ao todo, 1,6 mil toneladas de aço, com até 22 metros de comprimento e 17 toneladas, foram trazidas de Portugal pelo navio Nadja-Maria. É o primeiro carregamento. Os próximos estão previstos para junho e julho. Como o cronograma anda atrasado, os estivadores estão trabalhando dia e noite para desembarcar a carga.

## ICMS

# Vitória do Amazonas em Brasília

Comissão do Senado aprovou texto do relator Delcídio do Amaral que mantém alíquota diferenciada da ZFM em 12%

Por Lucas Câmara

Os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus continuarão com a alíquota diferenciada de 12% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais. Em votação realizada na tarde de ontem (7), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal manteve o benefício, com o placar de 16 votos a favor, nove contra e sete au-

sências.

Na reunião, que durou mais de quatro horas, foram votados 14 destaques ao texto-base de reforma do ICMS, aprovado no mês de abril, que reduz alíquota do tributo de 7% para 4% na maioria das transações interestaduais, de autoria do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Entre estes destaques, além do regime de exceção à ZFM, foi aprovada também a alíquota de 12% para o gás natural e de 7% para produtos industrializados, beneficiados

e agropecuários que saem das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do Espírito Santo para os demais Estados.

### Rejeitados

Além disso, foram rejeitadas emendas contrárias às situações de exceção, como a proposta autônoma, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que previa a redução gradual e anual da alíquota do ICMS para produtos originários no PIM de 12% para 7% - rejeitada por 16 votos a sete.

Por um placar menos tran-

quila, outra proposta que poderia prejudicar o Amazonas também foi rejeitada: destaque da senadora Aní Amélia (PP-RS) tentava reduzir em 1% ao ano, a partir de 2014 e até 2018, a alíquota dos bens de informática produzidos no PIM, que hoje também é de 12%.

O texto segue para Plenário e será votado em regime de urgência, conforme requerimento aprovado na CAE.

### Repercussão

A aprovação foi comemora-

da efusivamente por alguns políticos amazonenses, enquanto outros foram mais pragmáticos sobre as disputas que ainda vêm por aí. "Pulamos uma fogueira, mas vamos aguardar agora a votação em plenário", disse o secretário municipal de Educação, Pauderney Avelino. Também licenciada da Câmara dos Deputados como seu colega Pauderney, a secretária de Governo, Rebecca Garcia, foi mais expansiva. "Temos realmente que comemorar porque foi uma vitória que in-

terfere diretamente no nosso Polo Industrial". Ela enfatiza a articulação do governador Omar Aziz que, junto com o prefeito Arthur Neto, foi a Brasília, visitou os gabinetes e conseguiu sensibilizar algumas bancadas. "Aí a gente não fala de partido, fala de Estado porque a coisa deixou de ser partidária e se tornou uma disputa entre Estados. Eu acho que esta articulação foi fundamental e decisiva para esta aprovação".

Lela mais na página A6

## Entrevista - José Laredo, economista

# ‘Essa união pela ZFM irá fortalecer o polo’

Por Osvaldo Henriques

Enquanto o Amazonas comemora a vitória de mais uma batalha para a manutenção das alíquotas interestaduais do ICMS, o economista e conselheiro consultivo do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia), José Laredo, ressalta a importância de se manter o alerta para novas investidas dos Estados do Sul e Sudeste contra o modelo ZFM. Laredo ressalta também a importância da união dos políticos em torno da votação e os riscos não só econômicos, como ambientais, que uma modificação no modelo pode trazer.

**Jornal do Commercio - Como avalia a importância desta manutenção da alíquota de 12% para o Amazonas?**

**José Laredo** - É uma conquista importante em relação a essa ameaça que ronda o PIM. Mas conseguimos vencer parcialmente. Temos que ter em vista que essas discussões ainda precisam ser aprovadas

pelo plenário. Não podemos esquecer dos pontos positivos dessa votação e nem de que os políticos de São Paulo ainda devem se movimentar em relação ao resultado. Mas de qualquer maneira dá um grande alívio aos agentes econômicos do Estado.

**JC - Qual seriam esses pontos positivos?**

**Laredo** - Assim como aconteceu aqui, acredito que irá haver uma união dos opositores do modelo, os demais Estados capitaneados por São Paulo não vão se manter inativos em relação a ZFM. Com certeza eles vão sempre se movimentar tendo em vista a defesa para o Estado de São Paulo, em detrimento de quem mora aqui. Isso é natural, essa disputa interestadual. Nós acabamos de assistir uma união de políticos opositores em defesa dessa ameaça que paira sobre o modelo e isso é produtivo e pode fortalecer o polo industrial para os próximos embates. Acredito que isso possa trazer muitas vantagens políticas e economi-



Foto: Divulgação

*José Laredo defende que a solução está no próprio Amazonas*

cas para o polo, desde que essa união permaneça.

Não quer dizer que não irá haver outras discussões como sempre houve nesses 46 anos de existência do modelo.

**JC - Você ressaltou a importância de continuar defendendo o modelo em virtude da próxima votação no plenário e de possíveis novos ataques. Quais os impactos que essa incerteza pode causar no PIM.**

**Laredo** - Alguns dos melhores discursos de defesa que eu ouvi hoje tocaram em um ponto que venho defendendo a muito tempo que é a preservação ambiental. Todos os brasileiros querem que a Amazônia seja preservada, inclusive é um paradigma internacional. Jamais iriam aceitar depredar a floresta Amazônica. O senador Braga ressaltou que aqueles que estão retirando as vantagens da Zona Franca de Manaus depois não

podem reclamar se o povo partir para depredação dos recursos naturais como alternativa ao que existe aqui de negócio oferecido pelo PIM. Essa é uma posição que eu defendo.

**JC - Você acredita que a questão ambiental preocupa tanto quando a situação econômica?**

**Laredo** - As duas situações são preocupantes. O que deve ficar claro é que a perda de arrecadação, redução de incentivos e outros fatores resultantes das vantagens econômicas que o Amazonas tem, iriam afetar o Estado de várias maneiras diferentes. Com certeza, a manutenção da ZFM do jeito que ela está, com as vantagens atuais, incluindo o ICMS interestadual de 12% nos dá uma vantagem. Mas tenho certeza que o resto do país concorda que as vantagens da ZFM é uma precondição para manutenção da floresta em pé, da preservação de 98% do que nós temos no Estado.

**JC - Um dos discursos**

**dos senadores opositores ao modelo era que ele deixou o Amazonas dependente das vantagens e mantê-las só iria aumentar essa dependência. Como vê isso? A Zona Franca precisa de uma reformulação?**

**Laredo** - Sobre a necessidade de repensar o modelo, acho absolutamente correto. Tanto é que estamos através do Corecon promovendo um seminário no dia 23 de maio, na Federação das Indústrias às 14h, onde será feito um debate sobre sugestões e propostas para melhorar a administração e a gestão do modelo. O que nós precisamos fazer daqui para frente para mantermos o que temos é melhorarmos a performance do modelo, com novas fábricas, novos empregos, etc.

Nós defendemos que a solução está aqui dentro mesmo. Nós mesmos é que temos que achar a solução. Não há pessoas com maior conhecimento do Amazonas do que nós, que aqui trabalhamos e fazemos com que esse modelo dê certo, gere emprego e renda.

## Follow-Up



### ICMS 12% para a Zona Franca de Manaus, por enquanto!

Mais uma etapa vencida e mais uma razão para mantermo-nos vigilantes e mobilizados na defesa do modelo Zona Franca de Manaus. Na manhã desta terça-feira, com transmissão direta para todo o país, o Polo Industrial de Manaus voltou à berlinda dos ataques e pressões de todos os lados, incluindo de antigos aliados. No palco da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, os estados do Sudeste, alguns do Nordeste e Centro-Oeste, e do Pará, mostraram a força da própria mobilização, sinalizando que a votação em plenário será ainda mais tensa e preocupante. Com um placar de 16x9 a favor da ZFM contra a emenda Eduardo Suplicy (PT-SP), que detonaria o modelo, foi mantida em 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada pela Zona Franca de Manaus.

#### Mobilização

Com base nos estudos elaborados pela Suframa, Governo do Estado e Entidades de Classe, os senadores do Amazonas foram enfáticos na defesa do modelo, permitindo ao país conhecer alguns dos indicadores do acerto econômico, social e ambiental que o modelo ZFM representa e conquistou. Na retaguarda da mobilização, tendo à frente o governador Omar Aziz, o prefeito Artur Neto, os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, seguidos de outros parlamentares, como o senador Alfredo Nascimento, alguns deputados e lideranças empresariais e de trabalhadores, foi decisiva a visita aos gabinetes para apresentar aos membros da Comissão a importância de manter as vantagens comparativas da Zona Franca do Brasil, como é chamada no documento que foi

distribuído. O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira e o secretário de Fazenda, Afonso Lobo, tiveram do presidente da FIEAM Antônio Silva, e do CIEAM, Wilson Périco, e vários empresários do Polo Industrial de Manaus, o apoio efetivo na organização dos estudos e estratégias de defesa dos interesses da ZFM.

#### Mitos e Verdades

Buscando esclarecer alguns equívocos - deliberadamente disseminados para confundir a opinião pública nacional - e destacar os acertos do modelo ZFM, o documento entregue aos parlamentares e à imprensa começa por enfatizar a economia regional como o grande instrumento geopolítico de proteção do patrimônio amazônico. "... A verdadeira função do Polo Industrial de Manaus-PIM é a de um catalisador econômico que de um lado alivia a pressão sobre a floresta amazônica e por outro lado é capaz de canalizar recursos financeiros para a educação e desenvolvimento de C,T & I que por sua vez impulsionam o

desenvolvimento de tecnologias e inovações de processos econômicos sustentáveis ao longo prazo"

Durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos para definir as alíquotas do ICMS, a serem aplicadas nas operações interestaduais, os questionamentos sobre o papel e a validade da Zona Franca de Manaus sinalizam muito desconhecimento deste projeto nacional de desenvolvimento. Os estudos encomendados ao Senado pela bancada de São Paulo, além do desconhecimento, bus-

**É inteligente, a propósito, questionar o efetivo interesse destes opositores em conhecer objetivamente nossa realidade**

caram mostrar à sociedade brasileira uma face distorcida da dinâmica e da relevância deste modelo, seus avanços econômicos, sociais e ambientais. É inteligente, a propósito, questionar o efetivo interesse destes opositores em conhecer objetivamente nossa realidade. É claro que temos dificuldades, inclusive de avançar no dever de casa, assegurando uma agenda e um cronograma de redução crescente dos incentivos fiscais. E aqui reside, inclusive, a necessidade de elucidar a desinformação reinante,

desfazer equívocos e deixar delimitada a partilha de responsabilidades.

#### Premissas e equívocos da Renúncia Fiscal

É de extrema relevância ter sempre presente a história deste Modelo, pensado e criado originalmente para integrar e ocupar a Amazônia frente à cobiça internacional, ou seja, manter a soberania nacional sobre a imensidade, diversidade e riqueza deste patrimônio natural. O projeto Zona Franca, com efeito, foi além de seu escopo inicial, pois realizou desenvolvimento com preservação ambiental, assegurando a manutenção de 98% da floresta tropical úmida, ao mesmo tempo em que dá concretude ao preceito da Constituição Federal de redução das desigualdades regionais. Essa premissa, entretanto, diferentemente do que se costuma veicular, não conferiu à Zona Franca de Manaus o caráter ou privilégio de PARAÍSO FISCAL. O Polo Industrial de Manaus, motor da economia amazonense, é

um dos principais pontos da geração de receitas públicas no país. Cabe lembrar que, como a maior parte do desenvolvimento industrial brasileiro, a consolidação da Zona Franca de Manaus também teve como mola indutora da atividade econômica a concessão de incentivos fiscais. No cenário nacional, entretanto, são inúmeros os exemplos de projetos incentivados: a indústria automobilística, a indústria aeronáutica e a indústria de informática são setores historicamente favorecidos com incentivos fiscais. Pouco pagam de impostos e ainda são beneficiados com outros gastos públicos subsidiados, como empréstimos do BNDES, habitualmente direcionados com ênfase para as regiões mais desenvolvidas do país. A Zona Franca de Manaus, no entanto, não está baseada em financiamento público. O benefício fiscal é vinculado exclusivamente à produção, não ao capital, somente se torna efetivo com o início da produção industrial das empresas incentivadas.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. [cieam@cieam.com.br](mailto:cieam@cieam.com.br)

## Lideranças comemoram conquista da ZFM



"Houve uma adesão enorme de empresários, trabalhadores, prefeito, governador. Está provado que se superamos as divergências políticas, que são coisas menores, conseguiremos compensar a dificuldade numérica que temos em relação a São Paulo",

**Arthur Neto,**  
prefeito de Manaus

"Foram 16 votos favoráveis ao projeto. Claro que cada instância é uma instância e cada luta é uma luta. Mas nós estamos vencendo a guerra pelo bem do trabalhador brasileiro, pelo bem do país, pelo bem da Amazônia e pelo bem da Zona Franca de Manaus",

**Eduardo Braga,** senador

"Agora cabe a nós, à nossa equipe técnica, fazer os esclarecimentos para demubar o discurso puro e simples de região contra região, povos contra povos. Nós fazemos sacrifícios pelo Brasil e um deles é a preservação da Amazônia",

**Omar Aziz,**  
governador do Amazonas

"Não se pode tratar os diferentes de forma igual. Tem que tratar o diferente de forma diferente. O Norte do país, principalmente Manaus, não tem ligação por estrada de ferro para o restante do país. Isso eles não buscam levar em conta",

**Wilson Périco,**  
presidente do Cieam

Por Osvaldo Henriques

**E**mpresários e trabalhadores do Amazonas também comemoraram o resultado da votação da CAE que manteve a alíquota interestadual do ICMS da Zona Franca em 12%. Representantes do Sindicato, da força sindical e das principais federações do Estado do Amazonas também estiveram em Brasília para acompanhar a votação e destacaram a vitória do Amazonas e a união política em torno da questão. A principal preocupação era com os efeitos que mudanças nas vantagens econômicas poderiam influir nos investimentos na região e consequentemente na geração de empregos.

O presidente do Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), Waldemir Santana, destacou a importância do resultado para a manutenção dos empregos na região e criticou os opositores que não reconhecem os problemas locais encontrados no Amazonas. "Nós queremos um direito que é nosso. Queremos continuar trabalhando como sempre estivemos. Não queremos favor, não queremos roubar empregos e empresas do Sul e Sudeste. Queremos poder trabalhar tanto quanto eles, competir com o resto do país.



Lideranças políticas do Estado festejaram conquista em Brasília

Essa manobra de São Paulo é conversa fiada e egoísmo" comentou.

Waldemir elogiou a postura dos governantes diante da situação, mas também cobrou que seja feita uma descentralização do polo para gerar empregos no interior. "Notei união do Amazonas e Manaus e não aquele compromisso partidário que costumamos ver. Essa foi uma vitória da produção industrial do Amazonas e do Brasil. Agora precisamos pensar na outra etapa de votação, sem esquecer dos problemas do PIM; temos projetos em Manaus que monopolizam o

polo na Região Metropolitana, deve ser estudada uma forma de beneficiar os outros municípios também. A nível de geração de emprego e divisão de renda" concluiu.

Wilson Périco, presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas) destacou que o Amazonas venceu apenas a primeira batalha, a tranquilidade para as indústrias do PIM só acontecerá após o encerramento dessa discussão. "Após outra votação a situação ficará mais tranquila para preservação da competitividade, só vencemos o primeiro round, temos uma imensa luta

pela frente. O encerramento da questão dará a tranquilidade que precisamos", comentou

Outro destaque ressaltado por Périco é que as vantagens cedidas a Zona Franca estão na Constituição. O presidente do Cieam também criticou o discurso paulista. "Não podemos desprezar a Constituição e temos que respeitar mais ainda a questão das desigualdades regionais. Não pode tratar os diferentes de forma igual. Tem que tratar o diferente de forma diferente. O Norte do país, principalmente Manaus, não tem ligação por estrada de ferro para o restante do país. Isso eles não buscam levar em conta", explicou.

O presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva, também buscou ressaltar a importância da vitória e da manutenção do modelo para Manaus. "Estamos convencidos da importância de manter o esforço concentrado para a garantia da conquista, que não beneficia somente a Zona Franca de Manaus, mas também todos os Estados abrangidos pela área de atuação da Suframa. É certamente a vitória de um modelo econômico que diminui as desigualdades sociais regionais do país e comprovadamente preserva a nossa biodiversidade", explicou



"Estamos convencidos da importância de manter o esforço concentrado para a garantia da conquista, que não beneficia somente a ZFM, mas também todos os Estados abrangidos pela área de atuação da Suframa",

**Antônio Silva,**  
presidente da Fieam

"A guerra fiscal que nós temos hoje não é com outros Estados brasileiros, a guerra fiscal que existe hoje é com São Paulo - que este sim concede incentivos fiscais através do ICMS, portanto ilegais, para atrair empresas.

**Vanessa Grazzotin,** senadora

"No entanto, cumpre registrar que, como a alíquota de ICMS de São Paulo caiu para 4%, isso causará um aumento de custos nas mercadorias que viermos adquirir provenientes do Estado de São Paulo. Esse aumento de custo está estimado em 6% sobre o valor da compra."

**Serafim Corrêa,** economista

"Nós queremos um direito que é nosso. Queremos continuar trabalhando como sempre estivemos. Não queremos favor, não queremos roubar empregos e empresas do Sul e Sudeste",

**Waldemir Santana,**  
presidente do Sindmetal

## Políticos unidos pelo bem comum do Estado

O governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto também celebraram a conquista do Estado na votação de ontem. Os dois foram a Brasília na segunda-feira e fizeram questão de destacar a conquista para o Estado. O senador Eduardo Braga, líder da bancada amazonense no senado, se mostrou otimista com o resultado da votação.

Para o governador é preciso mais união entre os Estados pelo bem do país. O governador fez questão de destacar o sacrifício feito pelo Amazonas na questão da preservação ambiental. "Eu entendo a votação de hoje como uma vitória de um polo de desenvolvimento

econômico nacional, que é o que representa hoje a Zona Franca de Manaus. Mas essa é uma batalha, ainda temos outras pela frente até o Plenário. Agora cabe a nós, à nossa equipe técnica, fazer os esclarecimentos para derrubar o discurso puro e simples de região contra região, povos contra povos. Nós fazemos sacrifícios pelo Brasil e um deles é a preservação da Amazônia, e esse sacrifício do povo do Amazonas precisa ser compensado", comentou.

O prefeito Arthur Neto destacou a importância da união entre os políticos amazonenses para conquistar essa vitória. "Houve uma adesão enorme de empre-

sários, trabalhadores, prefeito, governador. Está provado que se superamos as divergências políticas, que são coisas menores, conseguiremos compensar a dificuldade numérica que temos em relação a São Paulo. Conseguimos ser mais fortes", declarou. Na sexta-feira, às 10h, Arthur Virgílio Neto será recebido pela presidente Dilma, no Palácio do Planalto, ocasião em que conversará também sobre a necessidade de manutenção da vantagem comparativa para a Zona Franca de Manaus.

O senador Eduardo Braga se mostrou empolgado com a diferença de votos conquistados a favor do Amazonas. O resultado

final ficou de 16 a 9. "Eu creio que a manifestação dos senadores já mostra o indicativo, pela sua imensa maioria. Foram 16 votos favoráveis ao projeto. Claro que cada instância é uma instância e cada luta é uma luta. Mas nós estamos vencendo a guerra pelo bem do trabalhador brasileiro, pelo bem do país, pelo bem da Amazônia e pelo bem da Zona Franca de Manaus", comemorou. Nas últimas semanas o senador buscou conversar com os demais senadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para mostrar que esses Estados não teriam perdas com a diferenciação para o nosso Estado.

## Manaquiri

### *Inpa apresenta proposta de produção sustentável*

Nesta quarta-feira (8) acontece o "1º Encontro de Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias Sociais", na cidade de Manaquiri, 80km de Manaus (AM), onde o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), em parceria com diversas instituições, apresentará propostas que dinamizem ações produtivas na cidade.

Segundo a coordenadora de Tecnologia Social (COTS/COEX) do Inpa, Denise Gutierrez, o objetivo do encontro é contribuir para o desenvolvimento futuro de um projeto de desenvolvimento regional integrado, em que concorra a capacidade técnico-científica do Inpa, articulada a outras instituições parceiras e de diferentes secretarias e instituições de fomento à área socioambiental, incluindo a prefeitura de Manaquiri.

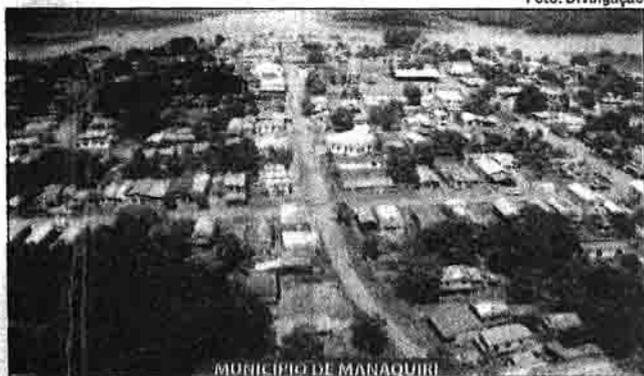
De acordo com Gutierrez, por meio desse evento será

possível apresentar alguns projetos que o Instituto desenvolve na área agrônômica e bioquímica. "Temos muito conhecimento acumulado ao longo desses 60 anos de existência na área agrônômica e bioquímica, o que nos permite dar uma contribuição de peso para o desenvolvimento regional", afirmou.

#### **Parceria**

O evento conta com a parceria da Prefeitura de Manaquiri e também da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), entre outras instituições.

Foto: Divulgação



*Idéia é desenvolver de maneira sustentável o município*

## Pedrinho Aguiar



## Vitória do Amazonas

A Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado encerrou na manhã da terça-feira (7) com a vitória do Amazonas: foi mantido em 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada pela Zona Franca de

Manaus. A votação foi finalizada com 16 votos contra a emenda de São Paulo. Antes, houve um esforço concentrado do governador Omar Aziz, do prefeito Arthur Neto e do senador Eduardo Braga para convencer os membros da comissão sobre a

importância de manter as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus, chamada de "Projeto Brasil". Participaram ainda desse esforço os senadores Alfredo Nascimento e Vanessa Grazziotin, deputados federais e estaduais, superintendente

da Suframa, Thomaz Nogueira, Secretário de Fazenda, Afonso Lobo, Presidente da FIEAM, Antônio Silva, do CIEAM, Wilson Périco, vários empresários do Polo Industrial de Manaus, e além de outras autoridades do Estado.

ZFM SOB FOGO INIMIGO

# Amazonas vence, mas luta continua

Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, as batalhas dos 12% de ICMS e dos bens de informática foram vencidas ontem. Mas agora vem a verdadeira prova de fogo: a votação no plenário do Senado.

PÁGINA A3



Políticos amazonenses posaram para a foto nos corredores do Congresso Nacional, após a vitória da Zona Franca de Manaus na Comissão do Senado

## Minirreforma fiscal > ICMS

Força-tarefa dos políticos amazonenses deu resultado. Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, foi mantida a alíquota de 12% de ICMS para o Estado, confirmando parecer do relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) ao PRS nº 01/2013.



### Manobra

O Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) participou de manobra que lhe deu suplência na votação realizada ontem na CAE.

9

### Porcento

No plenário, essa proposta pode vir a ser apresentada para o ICMS no AM.

# Plenário a ser vencido

Na disputa pela manutenção da alíquota de 12% do ICMS, Amazonas agora enfrentará o plenário do Senado Federal



Rocque S5/Agência Tempo



Rocque S5/Agência Tempo

Senador Armando Monteiro Neto era aliado, mas virou-se contra a ZFM



### Minirreforma fiscal > ICMS (continuação)

**ANTONIO PAULO**

antonio paulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUJURSAL) - As duas batalhas do Estado do Amazonas vencidas ontem por ampla vantagem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) - a manutenção dos 12% de ICMS na venda dos produtos da Zona Franca de Manaus e nas Áreas de Livre Comércio (ALCs), assim como dos bens de informática - têm agora que passar pela maior prova de fogo: o plenário do Senado.

O projeto de resolução nº 1/2013, que reduz gradualmente as alíquotas de ICMS interestaduais até 4% para os Estados do Sul e Sudeste e em 7% para os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, só será votado quando a medida provisória 599/2012, do fundo de compensação pelas perdas do ICMS, passar pela Comissão Especial e plenário da Câmara dos Deputados. O líder do Governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a matéria deverá ser votada pelos 81 senadores no final de maio, início de junho deste ano.

"Estamos otimistas de que demos um grande passo e de que haveremos de confirmar esse passo no plenário. Eu creio que a manifestação dos senadores já mostra o indicativo, pela

Frase

“

"Nem o Amazonas pode abrir mão dos 12% de ICMS, nem o Centro-Oeste dos 7%. Do contrário, ficaremos com pouco emprego e renda."

Biairo Maggi  
Senador PR-MT

"O nosso voto é solidário à região amazônica para que possamos encontrar uma convergência que ajude o País inteiro e não uma parte dele"

Inácio Arruda  
Senador PCdoB-CE

sua imensa maioria. Foram 16 votos favoráveis ao projeto (e nove contrários). Claro que cada instância é uma instância e cada luta é uma luta. Mas nós estamos vencendo a guerra pelo bem do trabalhador brasileiro, pelo bem do País, pelo bem da Amazônia e pelo bem da Zona Franca de Manaus", declarou Braga ao final da votação na CAE.

#### PREOCUPAÇÃO

Uma das preocupações da bancada amazonense é com relação a um movimento que começou a crescer ontem na votação da CAE. Principalmente os senadores que votaram contra os 12% da ZFM (Eduardo Suplicy, de São Paulo; Armando Monteiro, de Pernambuco, mas também alguns aliados, como o senador Humberto Costa - PT/PE) vão trabalhar para que a alíquota caia para 9%.

Caso não haja acordo, a outra frente será para que os bens de informática sejam reduzidos gradativamente, até 2018, para 7%. Esse destaque da senadora Ana Amélia (PP-RS) foi derrotado ontem por apenas três votos no placar de 13 a 10. Muitos senadores da base aliada que votaram pelos 12% do ICMS da ZFM, mudaram de lado e acompanharam o destaque da senadora

gaúcha. "Vamos buscar no plenário um consenso para que a alíquota da ZFM não fique nem em 12% nem em 7%, como previa a minha emenda, mas em 9%. Acho que isso é possível", declarou Suplicy.

#### SEM MUDANÇA

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), mesmo preocupada com a segunda parte da votação, agora, no plenário, não quer nem ouvir falar em mudança de alíquota. "De jeito nenhum, vamos trabalhar tanto quanto fizemos na CAE para mantermos a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus", comentou Vanessa. Ao falar sobre a lei de informática - outro tema que vai "pegar fogo" no plenário - ela lembrou que quando tiraram o polo do Amazonas, foi para São Paulo e não para o resto do País que detém 70% das indústrias do setor.

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira admite que deverão aparecer ações e propostas alternativas no plenário e que a bancada deve ter o cuidado nessas discussões. Ele insiste, no entanto, em demonstrar aos senadores e ao País o real e verdadeiro papel da Zona Franca de Manaus, derrubando mitos e informações equivocadas.

Blog

“ Romero Jucá Senador (PMDB-RR)

#### "A Zona Franca de Manaus não quer mais,

ela quer manter o que tem. Efetivamente, hoje, é um projeto de País. Nós estamos aqui discutindo a Amazônia, uma logística diferenciada, uma estruturação que foi feita durante anos, para que se gerassem os empregos necessários, e, em 2009, criaram-se as Áreas de Livre Comércio, que não têm efetivamente vantagem para produtos comerciais, mas, sim, para produtos industrializados com matéria-prima local. Portanto, nós não estamos construindo outras Zonas Francas nas Áreas de Livre Comércio e, sim, dando uma pequena condição de industrialização com produtos locais às áreas no Acre, em Roraima, no Amapá e em Rondônia. Portanto, em Estados que têm extrema dificuldade de geração de emprego e de desenvolvimento. Nós estamos defendendo a manutenção de um modelo que se consagrou para o Brasil. Essa é uma decisão política de País, fazer com que nós tenhamos emprego, sus-



tentabilidade, respeito ao meio ambiente. O que é cobrado do mundo todo e do restante do Brasil à Amazônia tem que ser dado também em questões diferenciais para que nós tenhamos o desenvolvimento e o emprego necessário. A Zona Franca é um modelo vencedor, é um modelo que agrega produto, é um modelo que gera empregos. Portanto, somos a favor da manutenção não de vantagens a mais, mas na manutenção do modelo que existe hoje, que dá competitividade às indústrias que estão instaladas na Amazônia."

## Minirreforma fiscal > ICMS (continuação)

# Consciência de que nem tudo foi equacionado

No segundo dia de mobilização em Brasília, o governador Omar Aziz e o prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto chegaram cedo à Comissão de Assuntos Econômicos e foram convidados pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RR) a compor a mesa diretora. "Entendo a votação de hoje (ontem como uma vitória de um polo de desenvolvimento econômico nacional, que é o que

representa hoje a Zona Franca de Manaus. Mas essa é uma batalha, ainda temos outras pela frente até o plenário. Agora cabe a nós, à nossa equipe técnica, fazer os esclarecimentos para derrubar o discurso puro e simples de região contra região, povos contra povos", disse Omar após a vitória na CAE.

O prefeito Artur Neto citou o trabalho coeso da bancada amazo-

nense no Senado, o apoio dos senadores de outros Estados e disse que "se superarmos as coisas menores, as pequenas divergências, é possível compensar a dificuldade numérica em relação a São Paulo".

O senador Eduardo Braga disse acreditar que a manifestação dos senadores já mostra o indicativo, pela sua imensa maioria. "Foram 16 votos favoráveis ao projeto. Claro que cada ins-



Thomaz Nogueira admite que podem surgir propostas alternativas no plenário

tância é uma instância e cada luta é uma luta. Mas nós estamos vencendo a guerra pelo bem do trabalhador brasileiro, pelo bem do país, pelo bem da Amazônia e pelo bem da Zona Franca de Manaus", comemorou.

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira admite que deverão aparecer ações e propostas alternativas no plenário e que a bancada deve ter o cuidado nessas discussões. Ele insiste, no entanto, em demonstrar aos senadores e ao País o real e verdadeiro papel da Zona Franca de Manaus, derrubando mitos e informações equivocadas. (Leia mais na página A-9)

## E O PRÓXIMO PASSO...

O Amazonas, com o esforço e a união de todas as nossas correntes políticas, venceu mais uma batalha para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus. Ao aprovar o relatório do senador Delcídio Amaral (PT/MS), que mantém a alíquota de 12% do ICMS para produtos locais, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado nos garantiu tratamento diferenciado na luta pela extinção da guerra fiscal, mas ao mesmo tempo o placar de 16 votos a favor e nove contra emitiu um perigoso sinalizador: boa parte do Brasil, não só o Estado de São Paulo, está a torcer os olhos para o nosso único

modelo de desenvolvimento. Historicamente São Paulo tem sido o carro-chefe, e quase sempre único, das insatisfações contra o modelo Zona Franca. Foi de lá que partiram os maiores ataques e os mais ferozes adversários. Na luta atual, no entanto, tivemos contendores próximos, como o senador Flexa Ribeiro, do vizinho Estado do Pará; do Nordeste, como Armando Monteiro; de Santa Catarina, Cassildo Maldaner; Paraná, Alvaro Dias; e de Tocantins, Katia Abreu, todos políticos experientes e de partidos políticos das mais variadas cores. O aumento da rejeição ao modelo deveria

encetar em nossos representantes no Congresso Nacional, mas principalmente na própria sociedade, que o modelo baseado apenas em incentivos fiscais está muito próximo da exaustão. São 46 anos nos quais baseamos nossa economia única e exclusivamente na concessão de benefícios fiscais. A presidenta Dilma Rousseff acena com mais 50 anos pela frente. Acontece que o incentivo fiscal, além de perigoso foco de atração de inimigos, não é mais o item definidor na hora em que uma empresa decide fazer investimento. E aí está o nosso erro. Permanecemos pedindo incentivos

fiscais, quando está mais do que na hora de pedirmos logística, educação e comunicação de qualidade, por exemplo. O Amazonas, se não pode abrir no momento mão da Zona Franca de Manaus, precisa urgentemente descobrir uma vocação que lhe permita um dia deixar essa muleta que já não é suficientemente forte para carregar nossa economia. A votação de ontem foi um indicativo, resta saber como a vitória na comissão será transposta para a votação no plenário e no caminho que vai levar até a assinatura final da presidenta. Foi um alerta!

## sim & não

### Uma coisa é uma coisa, outra coisa...

A coalizão em defesa da reforma do ICMS que reaproximou esta semana o governador Omar Aziz (PSD) e o senador Eduardo Braga (PMDB) não tem garantias de vida longa. Ontem, durante votação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Omar foi abordado sobre a hipótese de articulação de Brasília representar algum sinal para 2014 e ele respondeu: "Uma coisa não tem nada a ver com a outra. A eleição de 2014 é outra coisa".

**Beijos** Quem assistiu ao duelo entre Artur Neto (PSDB) e Vanessa Crazzotini (PCdoB) nas eleições passadas, não imaginaria que logo eles se beijariam. Aconteceu ontem, quando a ZFM venceu batalha na CAE. Na euforia, eles trocaram afagos.

**Presente** Ausente nas discussões públicas sobre o ICMS, o senador Alfredo Nascimento (PR) apareceu ontem na CAE mostrando força. Tanto que, como líder de bancada e de bloco na comissão, ele tirou o colega Gim Argello (PTB-DF) da reunião e assumiu o posto.

**Risco** A manobra de Alfredo foi decisiva para garantir mais um voto em favor da ZFM, uma vez que Gim Argello seguiria

seus colegas de bancada do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PDT) e Rodrigo Rollemberg (PSB), que votaram contra o Amazonas.

**Indomável** Nem a orientação do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, nem a presença do governador Omar Aziz fez a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) votar contra o destaque que ameaçava a ZFM. Além de não dar apoio, ainda fez o discurso mais ressentido da sessão contra o modelo.

**Meio a meio** O prefeito Artur Neto (PSDB) também fez esforço, mas não conseguiu persuadir os líderes tucanos na CAE, Aloysio Nunes (SP) e Alvaro Dias (PRJ). Mas não foi em vão a ida dele em sua

campanha interna no PSDB. É que os senadores goianos Ciro Miranda e Lúcia Vânia votaram a favor da Zona Franca.

**Avaliação** Avaliações de Artur sobre os senadores amazonenses, ontem, na CAE: Alfredo Nascimento: "fez manobra inteligente"; Vanessa: "oportuna"; Braga: "idem".

**Longo** Por falar em Artur, ele vai estender a estada dele em Brasília até sexta, quando será recebido em audiência pela presidente Dilma. O prefeito ainda não definiu todos os itens da pauta que levará, mas tem uma certeza: "Será uma conversa longa", disse ele.

**Fogo amigo** Sepror e Susam estão em fogo cruzado. Depois de perder o terreno da

Expoagro para a construção do hospital da Zona Norte, a Secretaria de Produção espera agora que Secretaria de Saúde encontre novo local para a realização do Feirão da Sepror.

**Grita** A pressão contra a Susam deve aumentar nas próximas semanas, porque os 400 agricultores que vendem semanalmente seus produtos no feirão dão sinais de que pretendem resistir ao iminente despejo, já que estão ali há quatro anos.

**Inspeção** O TJ-AM publicou aviso aos assessores de desembargadores para que estejam de prontidão em seus setores, após expediente normal enquanto durar a inspeção que o CNJ realizar no Tribunal de 20 a 24 deste mês.

## PINGA FOGO

 A todo instante o vereador Bosco Saraiva mantém os vereadores informados sobre a votação dos destaques na CAE. Saraiva leu por várias vezes no Plenário da CMM, torpedos enviados em tempo real pelo prefeito Arthur Neto.

 Do economista e ex-prefeito de Manaus Serafim Corrêa (PSB) sobre a decisão de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado: "ICMS: no meio das rosas, alguns espinhos".

 Morador do Japiim ligou ontem para o programa A Crítica Notícia (93,1 FM) irritado com panfleto da vereadora Vilma Queiroz (PTC) sobre obra realizada na área. "A conquista não foi dela, foi nossa, que colocamos a boca no trombone".

### sobe e desce



#### **Eduardo Braga**

LÍDER DO GOVERNO NO SENADO

>>Pela articulação e firmeza nos argumentos em defesa da ZFM ontem, na CAE.



#### **Dilermando Ferreira**

ESTUDANTE DA UEA

>> É um dos vencedores em competição científica da Agência Espacial Americana (Nasa).



#### **Kátia Abreu**

SENADORA (PSD-TO)

>>Mostrou-se raivosa ao manifestar voto contrário ao ICMS de 12% para a ZFM.



#### **Eduardo Suplicy**

SENADOR (PT-SP)

>>Autor de proposta que tirava vantagem da ZFM sofreu derrota na votação de ontem.

## poucas palavras

**“Não é se matando a Zona Franca que se vai ressuscitar o Tocantins”.**

Do governador Omar Aziz (PSD) sobre a colega de partido, senadora Kátia Abreu.

**“Essa resolução é perfeitamente alterável. Se no futuro percebermos que ela não está fazendo bem ao Brasil, a gente corrige”.**

Do senador Humberto Costa (PT-PE), sobre a votação do ICMS, na CAE.

**“Não encaro como ataque pessoal, mas como um ataque à democracia. Porque o pluripartidarismo está sendo ferido”.**

Da ex-senadora Marina Silva, após deixar reunião com o presidente do STF, Joaquim Barbosa.

### Momento para reflexão

O embate ora travado em defesa da Zona Franca de Manaus deve suscitar uma discussão ampliada sobre o modelo



José Laredo comemorou vitória



Nivaldo: Foi a melhor decisão



Antonio Silva elogiou bancada



Joaquim Corado criticou Planalto



Marcus Evangelista quer discutir ZFM

#### ADANGARANTIZADO

A manutenção da alíquota de 12% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na Zona Franca de Manaus trouxe alívio, mas também ampliou o momento de reflexão sobre o modelo. Para boa parte dos especialistas ouvidos por A Crítica após a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, já "passou da hora" de novas alternativas para o desenvolvimento da região serem colocadas em prática. A comemoração foi discreta.

Para presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), Marcus Evangelista, o resultado da votação no Senado não pode ser considerado uma vitória. "Não ganhamos nada. Apenas a alíquota anterior foi mantida. E a guerra fiscal não acaba aqui. Ela vai ficar cada vez mais pesada. Até nossos vizinhos da região

#### Frase

**A manutenção da alíquota só foi possível graças à união de esforços de vários setores**

Antonio Silva  
Presidente da Fieam

Norte já estão se voltando contra o Amazonas. Mais do que nunca, é preciso desenvolver outras potencialidades", disse Evangelista, que citou o polo naval e os setores de turismo e mineral como boas alternativas.

Já o consultor econômico José Laredo se mostrou satisfeito com o fato

de adversários políticos declarados se unirem para defender o Estado na CAE. "Isso só engrandece nosso PIM", lembrou. Laredo também frisou os prejuízos que a redução da alíquota podiam causar ao PIM. "Seriam dois desastres. Um na nossa arrecadação que diminuiria 77% e o outro na atratividade de negócios. Nosso atual pacote de incentivos já não é capaz de atrair muitas empresas. E uma mudança na alíquota de ICMS resultaria em mudanças profundas nos nossos créditos de estímulo", destacou.

O presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco), Joaquim Corado culpou o Governo Federal por toda a "guerra" que foi criada em torno do assunto. Ele também previu alguns novos problemas ao Amazonas. "O Governo Federal fica com 60% da arrecadação, tira verba dos municípios, contingencia algumas institui-

#### Saiba mais

>>> **Seminário**  
No próximo dia 23, o Conselho Regional de Economia (Corecon) promove um seminário na Fieam para discutir melhorias ao modelo Zona Franca de Manaus. "Alguma coisa precisa ser feita para melhorar a gestão do modelo", alertou o consultor e conselheiro do Corecon, José Laredo.

ções e aí os estados tem que promover essa briga toda por investimentos privados. Essa é uma discussão necessária. E por conta de toda a guerra criada com São Paulo em torno da alíquota do ICMS, acredito que o projeto de prorrogação da Zona Franca pode se complicar", alertou Corado.

O auditor fiscal da Sefaz Nivaldo

Mendonça disse que a decisão foi a melhor possível para o Amazonas. "A solução encontrada pelo relator atende à principal reivindicação dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, historicamente menos desenvolvidos, sem prejuízos à Zona Franca", lembou.

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva também comemorou o resultado. "Foi da vitória na primeira batalha de uma disputa que segue para votação em plenário. Estamos convencidos da importância de concentrar esforços para a garantia da conquista, que não beneficia só a Zona Franca de Manaus, mas também os Estados abrangidos pela área de atuação da Suframa. Será a vitória de um modelo econômico que diminui as desigualdades sociais regionais do País e comprovadamente preserva a nossa biodiversidade", destacou o presidente da Fieam.

#### Blog

##### Renilson Silva

PROFESSOR DOUTOR EM ECONOMIA



**"A discussão do ICMS é complicada.** Mas uma coisa é certa: não existe mais espaço para o Amazonas ampliar as vantagens fiscais que possui. Temos presenciado o surgimento constante de medidas que tentam nos prejudicar. Insisto há um bom tempo que precisamos de alternativas para nossa economia. Estou finalizando um projeto no CNPQ sobre o setor frutífero do Amazonas. O açaí, por exemplo, corre o risco de ter o mesmo destino da borracha. O fruto está virando um produto mundial. Mas não temos hoje a capacidade de ampliar a produção dele e sequer uma política pública que permita a exportação de açaí para outros países. Na verdade, as políticas públicas econômicas são muito omissas no Estado. A nossa biodiversidade precisa ser mais explorada. O Estado também possui uma concentração de riqueza absurda, onde mais de 95% dos recursos financeiros estão em Manaus."

### Momento para reflexão (continuação)

# Serafim mostra efeitos

Em sua avaliação, consumidor local pode vir a ter que pagar mais por mercadorias adquiridas fora

“Precisamos ter claro que em paralelo a essa vitória vamos ter um aumento de custos nas aquisições de mercadorias dos outros estados com consequências para o consumidor final, a menos que o comércio assumira integralmente esses ônus”. Esta é a visão do ex-prefeito de Manaus e auditor da Receita Federal, Serafim Correa, em artigo publicado em seu blog, referindo-se à alíquota de 4%

nas operações a partir do Sul e Sudeste para o Amazonas. Serafim usou o exemplo de um comércio de Manaus que compra de uma indústria de São Paulo uma mercadoria por R\$ 1 mil. Como a alíquota nesta relação é de 7%, a empresa ganha um crédito de R\$ 70 no ICMS (por conta do art. 4º do DL nº 288/67, o comércio local ao invés de pagar este ICMS, se creditado valor que deixou de ser pa-

go). Supondo que o comércio venda a mercadoria por R\$ 1,2 mil o ICMS descontado será de 17% (R\$ 204). Após creditar os R\$ 70, sobram apenas R\$ 134 de imposto a recolher. Para o comércio, o custo final do produto é de R\$ 930 e o lucro de R\$ 136. Com a nova alíquota de 4%, o valor do crédito de ICMS do comércio em Manaus diminuirá, pois o débito no momento da venda seguirá 17%

(calculando-se a nova alíquota no exemplo citado o lucro diminuiria para R\$ 76). “O comércio vai pagar mais ICMS e um preço mais alto. Se mantiver o mesmo preço de revenda, reduz sua margem de lucro. Se repassar os custos pode perder vendas. O consumidor de Manaus, no entanto, é quem vai pagar total ou parcialmente essa conta”, argumenta Serafim.



## ZFM, soluções viáveis

O empresário Jaime Benchimol, principal executivo do grupo Bemol, defende que a inferioridade da ZFM no tocante aos avanços econômicos, tecnológicos e comerciais do mundo contemporâneo tem solução. Na sua visão, "ao longo dos últimos 45 anos de prosperidade da ZFM, a região avançou dramaticamente beneficiando a milhões de amazonenses e a milhares de empresas, dentre as quais as nossas". Porém, ressaltou: "ao mesmo tempo reconhecemos que nos tornamos vulneráveis por continuarmos alicerçados no modelo do PIM, sujeito a instabilidades regulatórias, burocracia excessiva e a choques externos advindos principalmente de mudanças e avanços tecnológicos que nos colocam continuamente na incômoda posição de

dependente da união, de seus subsídios e isenções". Jaime, filho e sucessor de um dos mais bem sucedidos empresários, economista e historiador amazonense, o professor Samuel Benchimol, admite que "hoje já temos orçamentos bilionários (o estado do Amazonas arrecada US\$2.000 per capita, valor equivalente a arrecadação per capita do estado da Califórnia, um dos mais ricos dos EUA)". Vai mais além: "se gerirmos esses recursos com eficiência podemos assumir o nosso destino, preservando a ZFM, mas ao mesmo tempo criando alternativas econômicas convergentes com as nossas vocações estratégicas". Embora já tenhamos alcançado algum progresso em áreas promissoras, admite Benchimol, há ainda muito a fazer em setores estratégicos, tais como:



Osiris  
Silva

E-MAIL:  
OSIRISASILVA@  
GMAIL.COM

1. Na área de mineração, além de óleo e gás, temos grande potencial em potássio, calcário, ouro e muitos outros minérios;
2. Há desafios e grandes oportunidades na indústria naval, na piscicultura, em essências e fragrâncias, na biogenética para produção de fármacos e fitoterápicos;
3. Nas culturas como pimenta, cupuaçu, abacaxi, mamão, que são apropriadas e adaptadas ao nosso clima e ecossistema.

Entretanto, ressaltou, "precisamos com urgência de portos modernos tanto para carga como para passageiros, na capital e no interior do Estado. Apenas no município de Manaus atualmente é possível manusear containers com alguma eficiência". A indústria do turismo é outra promissora alternativa. Faz-se necessário observar,

entretanto, que "precisamos de mais do que o Teatro Amazonas, o Encontro das Águas e o Boi-Bumbá" para desenvolver o segmento. Aponta a necessidade de "aproveitar nossos melhores anos de arrecadação, de entusiasmo empresarial e de interesse mundial para com o Brasil e com a Amazônia para conquistarmos a autonomia sobre o nosso futuro". Uma vez que, acertadamente, "abrimos mão de usar boa parte dos recursos da nossa natureza, devemos buscar exibi-los através de museus que façam justiça a nossa riqueza nas áreas de ciências naturais e de cultura indígena". Com isso, abrem-se oportunidades de investimentos "em jardim botânico, aquário, orquidário, zoológico, parques ecológicos com teleféricos para

visualização da vegetação e dos animais nas copas das árvores etc.". Podemos ainda, acrescenta, "atrair eventos nacionais e internacionais de pesca, remo, canoagem, motonáutica, esqui aquático, ciclismo, rallies e corridas off-road, triathlon, rapel, tirolesa, safaris fotográficos de animais, de pássaros, de insetos, de flores e de plantas". Segundo Jaime Benchimol, "essas indústrias podem - em uma ou duas décadas - diversificar a nossa base econômica e dar novo e sustentável ímpeto ao nosso crescimento, livre das atuais dependências da união e em harmonia com as nossas mais verdadeiras vocações". Temos, entretanto, ressalta, "que nos reconciliar com as virtudes do capitalismo, da empresa privada, da livre iniciativa e da liberdade de escolha. Essas instituições formam o dinamismo que impulsiona a inovação, a competição e o crescimento econômico".

**CAPA**

# Vencida a 1ª batalha, ZFM enfrentará voto de todos os senadores

- ▶ Lideranças do Amazonas, coordenadas pelo governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto, prometem intensificar articulação para manter ICMS diferenciado à ZFM. **POLÍTICA PÁG 5**

## Editorial

### Falta vencer a guerra

Foi um grande passo a vitória do Amazonas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que manteve a alíquota diferenciada de 12% de ICMS para o Estado em operações interestaduais de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus. Agora, o 'cabo de guerra' político vai para o plenário e não se pode dormir no ponto.

Surtiu efeito a ofensiva do

Amazonas encabeçada pelo governador do Estado, Omar Aziz (PSD), e pelo prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB), e os membros da CAE mantiveram as vantagens para o Amazonas. Graças aos deuses da política, chegou a tempo o reforço da cavalaria e apagou-se o fogo que a falta de reação da bancada federal permitiu incendiar. Sabe-se lá o que aconteceria sem a intervenção do governador e do prefeito.

Vencida a batalha, agora é hora de vencer a guerra. O senador Romero Jucá já pediu regime de urgência para a votação da matéria em plenário e há parlamentares de São Paulo jogando a toalha

**Chegou a tempo o reforço da cavalaria** e apagou-se o fogo que a falta de reação da bancada federal permitiu incendiar.

sob o argumento de que não há mais como reverter a jogada.

Mas em política tudo pode ser. Basta lembrar o senador Cristovam Buarque, que na última segunda-feira mostrou-se simpático, posou para foto ao lado de Omar e Arthur, mas votou contra a alíquota diferenciada.

O mesmo vale para o

**Que nossos parlamentares** não se encantem com a vitória na CAE e esperem misericórdia.

governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que em outros carnavais jurou amores pela Zona Franca, pensando em uma candidatura à Presidência da República e agora é o principal articulador do fim das vantagens do modelo econômico.

Parte da bancada do Amazonas avalia que o jogo

político será ainda mais complicado no plenário do Senado. Acreditam os parlamentares que agora será necessária uma articulação ainda mais intensa para convencer o maior número possível de senadores.

A expectativa é que, com o pedido de tramitação em regime de urgência, a proposta que trata da reforma do ICMS seja votada no plenário do Senado em cerca de 15 dias. É o tempo que a força-tarefa do Amazonas tem para conquistar aliados.

Que nossos parlamentares não se encantem com a vitória na CAE e esperem misericórdia dos adversários. Ainda falta dar a cartada final.

## O ESPAÇO DO LEITOR



### O QUE VOCÊ DISSE

#### Senado decide manter alíquota diferenciada do ICMS para Zona Franca de Manaus.

A NOTÍCIA FOI PUBLICADA ONTEM NO PORTAL  
DZ4AM.COM

#### FACEBOOK



USUÁRIO: JOSÉ IZEL

A justificativa do Cristovam Buarque  
foi ridícula, esperava mais do nobre  
senador.

USUÁRIO: HERISON BALBY

A Zona Franca é nossa, Amazonas!  
Esses políticos do Sul querem roubar  
nossos empregos.

USUÁRIO: MAXWEL LIMA

Povo egoísta esse paulista! Ainda bem  
que nossos políticos entraram em  
consenso e foram brigar pelos ideais  
do Estado. Parabéns!

USUÁRIO: ALEX BAIA

Parabéns à bancada amazonense pela  
União em prol da Zona Franca de  
Manaus. Valeu Eduardo, Alfredo,  
Vanessa, Omar e Arthur. A luta não para.

## Claro & Escuro

# No jogo político, as aparências enganam e escondem armadilhas

A vitória na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que manteve a alíquota diferenciada de 12% do ICMS no Amazonas, não significa que se deve baixar a guarda. No jogo político, as aparências enganam como provou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Após se manifestar solidário ao governador Omar Aziz e ao prefeito Arthur Neto, Buarque votou contra o Amazonas. Outra aparente manifestação de apoio se mostrou uma armadilha. O senador Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu uma proposta de conciliação que, segundo ele, manteria a atual proporcionalidade das arrecadações do ICMS no Amazonas e nas demais regiões. Monteiro sugeriu uma terceira via: uma redução dos atuais 12% para 9% aos produtos industrializados da Zona Franca. Tal proposta deve ir a plenário. O governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto intensificarão as articulações.

## Claro & Escuro (continuação)

### Apoio governista

A luta em Brasília vai até sexta-feira. O prefeito Arthur Neto será recebido pela presidente Dilma Rousseff, a quem pedirá apoio para orientar a bancada governista a votar em favor da ZFM no plenário.

### Escolha de ministros

Dilma perguntou quais ministros Arthur gostaria de ver na reunião. O encontro deve durar uma hora com a presença de ministros e secretários. Depois, haverá um tempo reservado somente para Arthur e Dilma.

### Única exoneração

A exoneração da secretária municipal de Cultura e Turismo, Inês Daou, foi um dos poucos "ajustes" na administração, admitiu o prefeito Arthur Neto (PSDB). Ele descartou a saída do secretário de Planejamento

da Copa (UGM COPA), Bernardo Monteiro de Paula, assume a vaga. A UGM será incorporada à Secretaria Municipal de Cultura e à Secretaria de Turismo a fim de enxugar mais ainda a máquina pública e reduzir gastos.

### Amazonense do Ceará

Cearense, o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) recebeu, nessa terça-feira, o Título de Cidadão do Amazonas na Assembleia Legislativa. Ele vive no Estado há 40 anos.

### Subsídio municipal

Chegou à Câmara Municipal o projeto de lei que cria o Bolsa Idiomas, da Prefeitura de Manaus. O programa financiará cursos grátis, ou com custo parcial, de língua estrangeira. A finalidade é formar políglotas para trabalhar na Copa sem ônus ao município.

### Mais do mesmo

Proposta do vereador Massami Miki (PSL) transfere dos diretores de colégios para o Conselho Escolar a gerência administrativa de escolas. As diretrizes do novo órgão proposto por Miki são praticamente as mesmas dos atuais diretores.

### Prótese e assistência

O Amazonas terá uma oficina de prótese e um centro de reabilitação para deficientes. A iniciativa é do Ministério da Saúde, que implantará 29 desses núcleos no País.

### Experiência municipal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve votar hoje proposta que estabelece o voto distrital para vereador em cidades com mais de 200 mil habitantes.



### Antônio Patriota. Ministro

É sem dúvida nenhuma um resultado importante, que reflete uma ordem internacional em transformação"

Sobre a eleição de Roberto Azevêdo à presidência da OMC.



### Blairo Maggi. Senador (PR-MS)

Achar que o Amazonas não tem terras agricultáveis e para pecuária é um ledor engano"

Alertando que a retirada das vantagens fiscais do Estado resultará em desmatamento.

3.078

**brasileiros estão presos no** exterior, segundo o Ministério das Relações Exteriores. Desses, 2.260 são homens e 452 mulheres. Os crimes são de fraude, tráfico de drogas, agressão sexual e furtos.

2.616

**bilhões de reais foram os** depósitos na caderneta de poupança

## Amazonas prepara-se para vencer 'guerra' do ICMS no plenário do Senado



**OFENSIVA**  
**'Força-tarefa' do Amazonas**  
**agora articulará apoio para a**  
**votação em plenário**

O governador do Estado, **Omar Aziz**, o prefeito de Manaus, **Arthur Neto**, e parlamentares federais eleitos pelo Estado acompanharam a votação na comissão e comemoraram a manutenção da alíquota diferenciada de 12%.

### REAÇÃO

## Empresários e economistas comemoram

A aprovação da alíquota diferenciada da Zona Franca de Manaus (ZFM), pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi comemorada por empresários e lideranças ligadas ao empresariado industrial do Estado.

Para o economista José Laredo, da Controle Consultoria, a decisão torna o ambiente de investimentos mais seguro, o que favorece a captação de novas fábricas pelo Amazonas. "Mesmo que ainda dependa de aprovação no Senado, é positivo para os empresários, porque eles estão sempre em busca de um porto seguro para os seus investimentos e um local que tenha estabilidade política e não tenha alterações constantes nas regras do jogo, induz a isso", afirma.

O Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, comemorou a votação.

"As colocações favoráveis mostram que os senadores compreenderam o quanto a ZFM é estratégica para o Brasil". Nogueira disse ainda que o maior trabalho agora será

convencer os senadores que votaram contra a manutenção dos 12% da importância do modelo ZFM. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, atribuiu a vitória à união de todas as esferas políticas e empresariais do Estado e lembrou que a conquista não beneficia apenas o Amazonas, mas todos os Estados abrangidos pela área de atuação da Suframa.

Na análise de José Laredo, a proposta tem grandes chances de ser aprovada no Senado, devido à importância estratégica de manter um modelo econômico viável na Região Norte do País. "Todos querem que a floresta seja mantida de pé e os senadores estão cientes de que se votarem pela morte prematura do modelo, irão favorecer a depredação do meio ambiente", observa.

tecer na próxima semana. São Paulo tem sido muito agressivo, colocando os deputados e senadores contra nós", disse.

### Debate

Discussões acirradas marcaram a reunião na CAE e envolveram parlamentares de outros Estados. O senador Cassildo Maldaner (PMDB/SC) afirmou temer que as indústrias de Santa Catarina se desloquem para o Amazonas.

O argumento foi rechaçado pelo senador Blairo Maggi (PR/MS). "Não comecem a particularizar cada uma das coisas, senão a guerra estará estabelecida. Eu vou acompanhar o Estado do Amazonas e o Centro-Oeste nesta votação", afirmou.

Para Alfredo Nascimento (PR), a vitória foi do País e não apenas do Amazonas. "A ZFM é um modelo que deu certo. É uma referência para o Brasil e, portanto, precisa ser estimulada de modo a ganhar mais força e gerar mais oportunidade à população da Região Norte".

### FRASE



### Omar Aziz.

Nós não somos um polo de excepcionalidade e isso deve ser mostrado para o Brasil. Essas são nossas armas e vamos usá-las"

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), a votação no plenário será mais difícil. "A princípio acredito que a gente vai entrar com um número suficiente para manter a proposta que favorece a ZFM, mas a gente não sabe o que vai aconte-

cer na próxima semana. São Paulo tem sido muito agressivo, colocando os deputados e senadores contra nós", disse.

nas, Omar Aziz, acompanhou a votação e avaliou que a aprovação da matéria na CAE foi a vitória de uma batalha e que as articulações devem continuar. "Agora cabe a nós, a nossa equipe técnica, fazer os esclarecimentos para derrubar o discurso puro e simples de região contra região, povos contra povos. Não é isso que está em discussão. Nós fazemos sacrifícios pelo Brasil e um deles é a preservação da Amazônia e esse sacrifício do povo do Amazonas precisa ser compensado", afirmou o governador.

De acordo com o prefeito de Manaus, Arthur Neto, que também esteve na reunião da CAE em Brasília, o Amazonas deve continuar conversando com os senadores para explicar a importância da manutenção da Zona Franca. "Vamos continuar acompanhando tudo de perto e desmistificar a ideia de que a ZFM pode derrubar um gigante que detém 35% do PIB nacional, como é o Estado de São Paulo", avaliou.

TEXTO Alisson Castro  
FOTO Divulgação Agecom

### MANAUS

**R**epresentantes do Amazonas prometem intensificar as reuniões e conversas com senadores para garantir a manutenção da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Amazonas em 12% para as operações interestaduais. Em até duas semanas, o plenário do Senado deve apreciar e votar a matéria.

Nesta terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado decidiu manter a alíquota em 12%, beneficiando a Zona Franca de Manaus (ZFM) por 16 votos favoráveis e nove contra.

Logo após a votação na CAE, o senador Romero Jucá (PMDB/RR) pediu regime de urgência, o que permite que a matéria seja votada a qualquer momento no plenário.

O governador do Amazo-

## Produção e venda de autos são recordes

▼ Números da Anfavea mostram resultados históricos para o setor em abril e no quadrimestre

TEXTO Agência Brasil

SÃO PAULO

As vendas de veículos leves (carro de passeio e utilitários, como peruas e vans) nacionais, nos primeiros quatro meses de 2013, totalizaram 866,1 mil de unidades, resultado 13,9% superior ao atingido no mesmo período de 2012. Os dados, divulgados nesta terça-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mostram um volume recorde tanto em abril quanto

no primeiro quadrimestre.

A produção de veículos leves alcançou 1,093 milhão de unidades no mesmo período, 15,4% a mais em comparação a igual período do ano passado. Já as exportações de veículos leves no primeiro quadrimestre atingiram 157,9 mil unidades, 4,5% superior ao alcançado no mesmo período de 2012.

No mês de abril, as vendas de veículos leves chegaram a 249,8 mil unidades, 16,9% a mais que em março, e resultado 33,8% superior ao registrado em abril de 2012. "Nunca vendemos tantos veículos", disse o presidente da Anfavea,

Luiz Moan Yabiku Júnior.

Em relação à produção de veículos leves, a indústria automobilística fabricou 319,03 mil unidades em abril, 6,8% mais que em março e 30,7% acima do resultado de abril de 2012. O resultado do acumulado de janeiro a abril foi 1,093 milhão.

Apesar da alta na produção e nas vendas nos primeiros quatro meses de 2013, o presidente da Anfavea vê com cautela os resultados, já que a base de comparação em 2012 é baixa. "Não há nenhuma previsão de revisão das nossas estimativas (para 2013). Janeiro a abril

do ano passado foi uma fase muito difícil de vendas. A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) ocorreu no final de maio (de 2012), as vendas no início do ano estavam muito baixas. A partir de junho do ano passado, houve crescimento normal do mercado. A base de comparação do meio do ano para frente será outra", disse.

Com maior produção, a indústria automotiva contratou mais: em abril de 2012, o setor empregava 145,1 mil trabalhadores. Em 2013, no mesmo mês, esse número passou a 153 mil.



**CAPA**

**Foram 16 a 9 os votos que deram a vitória a ZFM**



**Senador Suplicy ficou chupando o dedo no Senado**

**ZONA FRANCA  
VENCE TODA  
CANALHADA  
PAULISTANA**

## FALA SÉRIO

### Veemência eficaz

A intervenção do senador Eduardo Braga em cima da proposta de Eduardo Suplicy (PT-SP) lídimo representante da canalha paulista, foi brilhante, veemente e contundente. Tendo às mãos o estudo formulado pela assessoria técnica da Suframa, Sefaz e entidades de classe, de empresários e trabalhadores. Braga desmontou o estudo do Senado, encomendado para desmontar a ZFM.



### Favorecimento histórico

Braga mostrou que é o Sudeste e o Sul que mais recebem mais benefícios da renúncia fiscal, entre os mecanismos de dispõe o Estado Brasileiro na indução do desenvolvimento. No caso da utilização de recursos do BNDES o favorecimento do Sudeste é o mesmo. Ou seja, o Norte-Nordeste seguem na rabeira da prioridade nacional.

### Jucá, no reforço

O ex-líder do governo no Senado, Romero Jucá, foi na sequência e mostrou à Comissão e à Nação, o papel da ZFM, seu papel estratégico, sua contribuição efetiva para a redução das desigualdades regionais. A posição de Jucá, ficou claro, tinha o dedo e a batuta da presidente Dilma.



### Postos de trabalho

A geração de postos de trabalho na economia amazonense tem no Polo Industrial de Manaus seu principal motor. Os dados do ano de 2012 mostram a qualidade do emprego gerado no Polo Industrial de Manaus. A média salarial de 90% do total de empregados no Polo Industrial é de R\$ 1.732,42 o que equivale a 2,56 salários mínimos.

### População atendida

A criação de empregos não pode ser mensurada de forma simplista e automática, pois a economia amazonense não teria o mesmo perfil sem a Zona Franca de Manaus, portanto, o impacto da criação de empregos atinge a praticamente a toda a população do Estado de mais de 4 milhões de pessoas. Há também o impacto da criação de empregos em outros pontos do território nacional. Quantos empregos criam em São Paulo as compras de R\$ 13,0 bilhões destinadas à Zona Franca de Manaus?

## FALA SÉRIO (continuação)

### Ganho ambiental

O Polo Industrial de Manaus tem sido extremamente eficiente na contenção do desmatamento; o Amazonas, mantendo intacta 98% de sua cobertura

vegetal original, tem tido a menor taxa de desmatamento da Amazônia. Desmatamento significa emissões de carbono para a atmosfera e perda dos princípios ativos do banco genético, fonte de oportunidades sustentáveis de produção de fármacos, cosméticos e alimento.



## NINGUÉM MERECE!

- As fontes de emissões do PIM são os combustíveis fósseis, que são bem menores do que as emissões pelo desmatamento e que estão sendo substituídas por gás natural e energia hidrelétrica de Tucuruí.
- Pelos dados do Desmatamento acumulado até 2011 na Amazônia, é elucidativo observar a produção econômica de madeira está intimamente relacionada às taxas de desmatamento. E que, o estado que mais desmata não é o estado que tem a melhor distribuição de renda.
- O cerne da polêmica da reforma do ICMS está na manutenção da alíquota interestadual em 12% quando oriundas da Zona Franca de Manaus. Vamos aprofundar a questão.
- Isto significa dizer que R\$ 412,0 milhões ficariam na economia paulista em razão da reforma. Ou seja, se nas vendas para a ZFM todos os demais Estados teriam ganhos, por outro lado não haveria alteração da situação atual de vendas da ZFM para os demais estados já que hoje já se pratica a alíquota de 12% nas remessas nela originadas.

## ZFM mantém alíquota de 12% no Senado

Ⓞ A Zona Franca de Manaus está entre as exceções previstas no texto-base do relator, Delcídio Amaral (PT-MS), aprovado na CAE



Com 16 votos contra a Emenda do senador Eduardo Suplicy e a favor da permanência do ICMS em 12% a Zona Franca de Manaus, o Amazonas vence essa primeira batalha na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Foram nove votos a favor da emenda. Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começaram

pelos regras tarifárias da Zona Franca de Manaus a discussão de 14 destaques ao projeto de reforma do ICMS interestadual. O projeto (PRS 1/2013), de iniciativa do Executivo, foi aprovado em 24 de abril.

A Zona Franca de Manaus está entre as exceções previstas no texto-base do relator, Delcídio Amaral (PT-MS), aprovado na CAE e que pre-

vê regra geral de redução de alíquota até 4%. Para o Polo Industrial de Manaus, o relator manteve a alíquota atual de 12%. Conforme sugestão do presidente da CAE, senador Lingbergh Farias (PT-RJ), os destaques foram votados em cinco blocos: Zona Franca de Manaus, projeto produtivo básico, gás natural, comércio intra bloco, condicionalidades

para vigência das novas regras e Informática. Em emenda autônoma, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-PT) propunham alíquota de 7% para a Zona Franca de Manaus. Senadores da Região Norte, como Eduardo Braga (PMDB-AM) e Romero Jucá (PMDB-RR), defendem a manutenção dos 12%.



## Documento robusto

Redigido por técnicos da Suframa, governo estadual e entidades de classe, Omar entregou aos jornalistas e parlamentares um documento robusto, convincente e elucidativo. "No momento em que o Senado Federal discute a proposta de Resolução que define as alíquotas do ICMS, a serem aplicadas nas operações interestaduais, surge uma série de questionamentos sobre o papel e a validade

da Zona Franca de Manaus como projeto de desenvolvimento. Devemos aproveitar a oportunidade para mostrar à Sociedade Brasileira o real significado e a dinâmica deste modelo de desenvolvimento nacional (da Zona Franca do Brasil), em seus aspectos econômico, social e ambiental, elucidando desinformação e desfazendo equívocos que buscam confundir a opinião pública brasileira".

## Projeto de integração

Diz o estudo: "...devemos ainda esclarecer o real impacto da definição da alíquota do ICMS na competitividade e sobrevivência desse projeto de integração e desenvolvimento regional tão exitoso. Construída ao longo do tempo como um projeto único e diferenciado que foge do figurino tradicional dos manaus econômicos, a Zona Franca de Manaus com essa sua característica diferenciada, tem causado dificuldade de compreensão e análise.

No entanto, todos aqueles que se debruçaram sobre o tema, de forma honesta e isenta, aprofundando o efetivo co-

nhecimento sobre a realidade, mesmo tendo uma postura inicial crítica sobre a Zona Franca de Manaus, se convenceram sobre a importância para o Brasil dessa solução implantada no coração da Amazônia. Pensada e criada para integrar e ocupar a Amazônia frente à cobiça internacional, o projeto Zona Franca foi além de seu escopo inicial, pois realizou desenvolvimento com preservação ambiental, assegurando a manutenção de 98% da floresta tropical úmida, ao mesmo tempo em que dá concretude ao preceito da Constituição Federal de redução das desigualdades regionais.

## ZFM mantém alíquota de 12% no Senado (continuação) Omar comanda mais uma vitória

O peso da influência da presidente Dilma e o carisma do governador Omar Aziz foram determinantes para tirar a Zona Franca de Manaus de mais um sufoco. Omar conseguiu unir Arthur, Vanessa e Eduardo, convocou deputados e percorreu cada um dos gabinetes dos adversários da Zona Franca para mostrar que o modelo aqui instalado é pleno de brasilidade e coerente com os compromissos históricos de integração e redução das desigualdades regionais. Ele comandou uma verdadeira 'força-tarefa' para fazer com que a alíquota de 12% do ICMS para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus (ZFM) se mantivesse na reunião que aconteceu nesta terça-feira (7), no Senado.



### Arthur e Vanessa

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio caminhou lado a lado com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Eduardo Braga, desafetos em eleições recentes, para defender a ZFM ao lado superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, além de deputados federais e estaduais que, enfim, se reuniram em Brasília para discutir o assunto mais importante da vida do Estado neste momento. Eles conversaram com os senadores Cristóvam Buarque (PDT/DF), Pedro

Taques (PDT/MT) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e com outros senadores para resguardar a ZFM. Eduardo Braga disse que conversou com senadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em busca de apoio para a votação. A Comissão de Assuntos Econômicos analisou os destaques apresentados ao relatório do senador Deleclidio Amaral (PT/MS), que apresentou mudanças ao Projeto de Resolução do Senado nº 01/2013, sobre a unificação da alíquota de todos os produtos

### O mito da renúncia fiscal

Diferente do que se costuma veicular, a Zona Franca de Manaus não é um paraíso fiscal. O Polo Industrial de Manaus, motor da economia amazônica, é um dos principais pontos da geração de receitas públicas no país. Os números falam por si. Cabe lembrar que, como a maior parte do desenvolvimento industrial brasileiro, a consolidação da Zona Franca de Manaus também teve como mola indutora da atividade econômica a concessão de incentivos fiscais. No cenário nacional inúmeros são os exemplos: a indústria automobilística, a indústria aeronáutica e a indústria de informática são setores historicamente favorecidos com incentivos fiscais. Pouco pagam de impostos e ainda são beneficiados com outros gastos públicos subsidiados, como empréstimos do BNDES, que analisaremos mais à frente neste documento.

### Exportadora de tributos

A Zona Franca de Manaus também se utiliza, sim, de um conjunto de benefícios fiscais. No entanto, o modelo não está baseado em financiamento público. Na ZFM, o mecanismo de benefício fiscal, é vinculado exclusivamente à produção, não ao capital, somente se torna efetivo com o início da produção industrial das empresas incentivadas. O Estado do Amazonas é o principal gerador de receita para a União na região Norte. É importante destacar outro aspecto no que se refere ao pacto federativo. No mesmo período, o Amazonas recebeu de transferências compulsórias somente R\$ 2,3 bilhões, a indicar que o Estado tem sido exportador líquido de recurso para a União da ordem de R\$ 6,4 bilhões e, como tem ocorrido nos últimos anos anuais. Portanto, a Zona Franca de Manaus é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o país, através do Governo Federal.

## Canalha paulista quer tudo e o resto de vantagens

### ↳ *Secretário de Fazenda de São Paulo faz terror contra Zona Franca*

No momento em que o país debate os interesses da Nação, o governo de São Paulo não consegue ultrapassar os interesses de seu umbigo e perceber que a redução das desigualdades regionais é um objetivo nacional, digno e justo. O economista Andrea Calabi, porta voz tucano do imperialismo bandeirante, deu uma entrevista à Folha, onde escolheu a Zona Franca de Manaus como o bode expiatório de sua agressão. Leia e tire suas conclusões.



### Só falta atrair a indústria de automóvel

Quanto mais distante for o mercado consumidor, como São Paulo, maior é o custo de transporte. Então, pode dar benefícios e ir para Manaus para produtos com maior densidade tecnológica e peso relativamente menor. O máximo a que se chega é moto, não chega a carro. Mas todos os que estão mais perto, começando pelos demais Estados na região Norte, passando por Maranhão, Piauí etc., estarão arrasados. Quem estava br-

gando? Em primeiro lugar, o Pará. É uma assimetria, é um desequilíbrio de benefícios entre o Amazonas e o Pará. Historicamente já é, e se agravaria. Em segundo lugar, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre disseram não dá e pediram 12% também para as demais áreas de livre comércio. São oito áreas de livre comércio. Então elas podem importar alguma coisa, maquiila e vende para São Paulo, e traz um crédito de 12%.

Manaus, quarta-feira, 8 de maio de 2013.

## Canalha paulista quer tudo e o resto de vantagens (continuação)

# E a questão da Zona Franca?

"Um ponto interessante é que essa mobilização política do Estado do Amazonas, que conseguiu de alguma forma que a presidente coloque os 12% para a Zona Franca - porque não estava na proposta

técnica- caba operando contra a Suframa. Porque os Estados contíguos perceberam que, com tal benefício, se você tem 12%, pode mandar um crédito de 12%. Se você tiver 4%, só pode dar benefício dos 4%.

Por que era 4%? Era consenso que todo mundo ia acatar 4%. Não dá para ter um consenso de todo mundo acatar 7%. Agora 12% é muito grande o benefício que você pode dar. Pode dar até 12%. Então, vai

todo mundo vai para Manaus. Não tem mais espaço em Manaus. Adicionalmente, é uma desigualdade nacional. A Zona Franca é a terceira maior renúncia fiscal do Orçamento da União."

## Quem ganha com a renúncia fiscal?



A maior renúncia é do Simples nacional, dá cerca de R\$ 30 bilhões por ano. E que beneficia 20 milhões de pequenas empresas. R\$ 1.500 de renúncia por emprego. A segunda maior renúncia são as isenções de IR, com saúde, educação etc., com R\$ 22 bilhões. A terceira é a Suframa, que são R\$ 22 bilhões também. Para 100 mil postos de trabalho, o que equivale a R\$ 220 mil por ano por posto de trabalho. É uma loucura, é um absurdo. Se adicionalmente colocarmos essa alíquota de 12%, é um desequilíbrio. Quem percebeu? Quem iria ter sua industrialização arrasada. Ia afetar o Brasil inteiro. A indústria no Brasil já está indo para o brejo, haja vista os déficits comerciais e de transações correntes. Há uma desindustrialização e desverticalização muito impressionantes, galopantes. Arrasadoras. Ia tudo para lá, o benefício é muito grande. As empresas vão pra lá porque o benefício é muito grande, as empresas vão para lá porque alavanca subsídios, não porque reduz o custo ou tem competitividade.

## E a multiplicação das Áreas de Livre Comércio?

É muito pior para a indústria nacional, é pior para o desenvolvimento nacional. Acaba a indústria, nós viramos duty-free. E ruim também para a Zona Franca de Manaus. No meu entendimento, abriu um risco para a Suframa que ninguém conseguiu colocar a não ser ele. Foi um tiro no pé. Mas, quando o Romero Jucá entrou com a emenda que estendia para todas as áreas de livre comércio, ele não tinha como dizer não. Disseram "É só para Amazonas? Para todos seus

amigos, seu vizinhos, com quem ele tem a liderança não?". O Pará entrou com uma emenda contra, do senador Flexa Ribeiro, dizendo "se você me manda com 12% eu também quero te mandar com 12%". Estranhamente só usou um com outro, mas não com o Sul. As outras áreas de livre comércio podem mandar para todas os Estados.

Em todo caso, é uma enorme distorção, que se espalhou para outras áreas de livre comércio, que já são um horror há muito anos.

## Áreas de Livre Comércio são um problema



Eu me lembro de quando estive no Ministério do Planejamento, a gente fixava a cota de dólar que cada área de livre comércio poderia importar. Especialmente quando o dólar tinha um ágio diferente; esse era o começo do benefício da Suframa. Eram cotas de importação pelo dólar oficial, que, portanto, limitavam o valor das importações. Você dá uma cota de dólar, mas exigia alguma transformação in-

dustrial. Dizia "não venha aqui só maquilar, com incentivo federal, para exportar para o resto do mundo. Você tem que ter alguma transformação industrial, tem que ter emprego". O benefício fiscal é da Suframa, de que eu reconheço a importância, é válido, eu justifico ao máximo. É um bom instrumento de desenvolvimento regional. Mas, na tentativa de exacerbar esse instrumento, exagera, fica inconstitucional.